



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PEDIDO DE INFORMAÇÃO

O Deputado que este subscreve, com amparo no § 2º do art. 41 da Constituição do Estado, c/c o art. 197 do Regimento Interno deste Poder, **requer**, após deliberação do Plenário, seja encaminhado, ao Secretário de Estado de Segurança Pública, **Pedido de Informação** nos seguintes termos:

No último sábado (dia 02/09/2023) uma família negra moradora do bairro Comerciário do município de Criciúma denunciou que viveu situação de abuso de autoridade e violências em abordagem da Polícia Militar, durante uma festa familiar em casa. Diante dos fatos narrados, venho pelo presente solicitar as seguintes informações:

I - Qual o procedimento padrão para abordagem em situações desta natureza?

II - Existe algum protocolo que justifique o desligamento das câmeras corporais e das viaturas?

III - A ação policial estava amparada por algum mandado judicial para ingresso em domicílio?

IV - Há procedimentos em curso par investigar o ocorrido?
a. Quais já foram instaurados?
b. Quais ainda estão pendentes de instauração?

V - Há levantamento estatístico que demonstre a frequência de ocorrência envolvendo ações discriminatórias por parte de agentes de segurança no Estado de Santa Catarina?

VI - Quais medidas estão sendo adotadas para mitigar esse tipo de ação? Que outras medidas ainda podem ser adotadas para coibir ações discriminatórias considerando o contexto e elementos disponíveis?

VII - Há ações de prevenção de atos discriminatórios e abordagens abusivas por parte das corporações? Que tipo de ações?

Sala das Sessões,

Deputado Marcos José Abreu - Marquito (PSOL)



ELEGIS
Sistema de Processo
Legislativo Eletrônico

Documento assinado eletronicamente por **Marcos José de Abreu**, em 04/09/2023, às 19:06.
